

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

A ILUSÃO DO PROGRESSO E OS CUSTOS AMBIENTAIS DO PROJETO MINERAÇÃO RIO DE
NORTE – ORIXIMINÁ-PA

Luiz Jardim de Moraes Wanderley (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

A Ilusão do Progresso e os Custos Ambientais do Projeto Mineração Rio de Norte – Oriximiná-PA

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir as transformações provocadas por um grande projeto de mineração em seu entorno rural, dando ênfase na idéia de progresso e nos custos ambientais conseqüentes da exploração mineral. O caso em questão é o da *joint-venture* empresa Mineração Rio do Norte – MRN que se instalou em meados da década de 1970 no vale do rio Trombetas, no município de Oriximiná – PA. Esse megaprojeto de exploração de bauxita insere-se no contexto das políticas de integração nacional do II Plano Nacional de Desenvolvimento do governo militar e contou ainda com a articulação de setores do capitalismo internacionais interessados nos recursos naturais e condições locais favoráveis do território brasileiro. No entanto, o progresso tão esperado com a chegada de um empreendimento de tamanha amplitude não chegou ao ponto mais próximo da empresa, o seu entorno. Às comunidades rurais do entorno minerador restaram a ilusão do progresso e os custos ambientais com a perda de seus territórios e recursos naturais.

1. A Formação do Complexo Bauxita-Alumínio

A intensificação da ocupação capitalista na Amazônia, a partir de meados da década de 1960, faz parte da fusão dos interesses do capital estrangeiro, das empresas do sudeste do país e do Estado Autoritário. Os militares que tomaram o poder, após o golpe de 1964, tinham o interesse de integrar a região ao restante do Brasil. O temor de perder essa fatia do território, até então afastada da dinâmica produtiva do centro-sul, fez com que o Estado implementasse políticas de desenvolvimento regional e de integração nacional, conhecidas pelo jargão “*integrar para não entregar*”. Estas estavam sustentadas em duas vertentes ideológicas. A primeira pretendia reafirmar a nacionalidade brasileira no território amazônico, ou seja, ressaltar o sentimento de nação que resultaria numa maior coesão e legitimidade do Estado. Para isso, era preciso conectar o norte ao sul do país por meio de grandes redes de comunicação (rodovias, redes de energia elétrica e telecomunicações), além de ocupar demográfica e economicamente o território. A segunda vertente estava associada à realização de um destino manifesto, tornar o Brasil uma grande potência mundial. Sendo assim, o objetivo encontrava-se em desenvolver a economia nacional, principalmente em direção a

fronteira de expansão capitalista - a Amazônia, a qualquer preço, sem se preocupar com as mazelas sociais e ambientais resultantes.

A região Norte, até a década de 1940, integrava-se ciclicamente na divisão internacional e nacional do trabalho, primeiro fornecendo o cacau, depois a borracha e a castanha. Após a construção da rodovia Belém-Brasília (1960) observou-se o início de algumas transformações na forma de ocupação e na diversificação das atividades. No entanto, foi nos anos 1970 que a Amazônia se tornou uma zona preferencial de investimentos, graças à política econômica e fiscal do governo federal (CARDOSO & MULLER, 1977). O panorama nacional e internacional proporcionava aos capitalistas de variadas nacionalidades encontrar na região amazônica um campo fértil para seus empreendimentos nas atividades de exploração dos recursos naturais do solo ao subsolo sem nenhuma regulação ambiental rígida. Os interesses das elites local e nacional se aproximavam dos capitalistas internacionais, possibilitando a aquisição de verbas que conduziram o Brasil ao tão esperado desenvolvimento econômico.

A abertura do mercado para o capital internacional foi uma estratégia almejando agilizar o crescimento da economia. Em algumas atividades, por causa dos elevados riscos financeiros, como a mineração, a introdução dos recursos estrangeiros só se tornou possível em coligação com empresas nacionais, formando *joint-venture*. Porém, para atrair esses investimentos o Estado necessitava garantir a reprodução deste capital. A certeza do lucro assegurava-se pela produção de externalidades estruturadas no tripé: infra-estrutura, pesquisa e planejamento. Setores onde os custos foram exclusivos do Estado, que desta forma atraía competitivamente e preparava o terreno para chegada do capital privado – principalmente transnacional (CHESNAIS, 1996). A isenção de impostos, que podia chegar até a 100%, a concessão de terrenos e o *lobby* junto às autoridades públicas para adquirir outros benefícios são algumas das formas de segurar os lucros e um *good bussiness climate* (FERNANDES, 2001). Essa dinamização da economia amazônica se pautou principalmente na captação de empréstimos em bancos e agências de fomento internacionais, na época atrativos pelos baixos juros cobrados, por empresários e pelo Estado para custear os projetos milionários. Tal política resultou na multiplicação das dívidas brasileira.

De olho nos recursos minerais recém descobertos na região e associados ao Estado brasileiro, empresários brasileiros e estrangeiros arriscaram seus investimentos na construção de megaprojetos mineiro-metalúrgicos. O II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975/79) do governo Geisel impulsionou a implementação de políticas públicas, que se consolidaram com a formação dos empreendimentos de exploração de bauxita pela Mineração

Rio do Norte – MRN, no município de Oriximiná-PA, em 1979, e de Ferro e outros minérios pela estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)ⁱ na província de Carajás, em 1984. Esses dois grandes projetos somados a outros já existentes no Pará, tornaram esse estado o segundo maior produtor mineral do país (atrás do estado de Minas Gerais) e colocou a exploração mineral como principal potencializador da dinamização e do crescimento econômico regional.

A Amazônia deixava de ser um espaço esquecido do planejamento estatal, considerado simplesmente como reserva de valor, para tornar-se a equação do déficit na balança comercial, via exportação e fornecimento de bens-primários e semi-elaborados para os pólos industriais do centro-sul e dos países desenvolvidos. Mais uma vez a economia regional se estruturou na exploração dos seus recursos naturais por atores capitalistas das regiões mais ricas, que cobiçavam o próprio desenvolvimento. Restou a Amazônia arcar com o ônus sócio-ambiental do ‘progresso’ e se limitar à mais um século de abusos, submissão e subdesenvolvimento (BUNKER, 1986).

Pesquisas geológicas realizadas, na década de 1960, constataram a existência de grandes reservas de bauxita na região amazônica, tornando-a a terceira maior fonte do minério no mundo. Na região do Trombetas a jazida de bauxita foi descoberta pela empresa transnacional Aluminium Company of Canada - ALCAN, em 1971. Isto a motivou a implantar ali um grande projeto minerador. Porém, por causa da divergência com as diretrizes brasileiras em relação ao projeto, que não concordava com o fato da empresa se constituir apenas por capital estrangeiro, e atendendo interesses políticos globais da empresa, a transnacional paralisou o projeto no ano seguinte (SANTOS, B., 1983).

Em 1975 reabriram-se as negociações em relação à bauxita do Trombetas resultando na criação da empresa Mineração Rio do Norte. Esta se constituiu pela coligação entre oito empresas sob comando da estatal brasileira CVRD e da ALCAN, no formato *joint-venture*. Isto é, uma empresa formada pela associação de capital nacional, público e/ou privado, e estrangeiro. A distribuição acionária inicial da mineradora contou com CVRD (42%), a empresa privada brasileira Companhia Brasileira de Alumínio/Grupo Votorantin (10%) e como o grupo de seis empresas estrangeiras, ALCAN (19%), Mineração do Xingu – subsidiária de empresas holandesas (5%), a norte americana Reynolds (5%); a norueguesa Norsk Hydro (5%) e a Alumina Española (5%) (SANTOS, B., 1983; COELHO & MONTEIRO, 2003). Apesar da estatal CVRD ser a acionista majoritária, a maior parte do capital encontrava-se dividido entre as outras empresas, todas grandes consumidoras de bauxita. Além da criação da MRN ficou decidido entre o governo Brasileiro e as empresas,

ainda que de forma preliminar, a viabilização da implantação de uma fábrica de alumina para transformar a bauxita do Trombetas (PINTO, 1977).

O projeto de extração de bauxita em Oriximiná faz parte da estratégia de atores nacionais e internacionais, cujo objetivo era solucionar o problema de suprimento e de localização da bauxita e do alumínio, em crise devido ao fechamento da indústria de alumínio japonesa por consequência da crise de acumulação, da elevação no preço do petróleo e da pressão ambiental (BUNKER, 2000). No intuito de atender a demanda externa, de explorar os recursos naturais e o promissor mercado interno brasileiro e para fugir das rígidas regulações sociais e ambientais dos países centrais construiu-se no Pará e Maranhão o complexo de Bauxita-Alumínio. Este, além da empresa de extração MRN, se compõe por mais três indústrias de transformação: Alumínio do Norte do Brasil (Alunorte), Alumínio do Brasil (Albrás) e Alumínio do Maranhão (Alumar), localizadas respectivamente no pólo metalúrgico de Barcarena-PA na foz do rio Tocantins e na cidade de São Luís-MA. Junto com a usina hidrelétrica de Tucuruí, que abastece de maneira subsidiada as indústrias de alumínio, esses objetos formaram no espaço geográfico amazônico um corredor de exportação, cujo curso corresponde a: mina - área de extração de bauxita da MRN em Oriximiná; hidrovias – composta pelos rios Trombetas e Amazonas; Albrás/Alunorte/Alumar – indústrias transformadoras em Barcarena e São Luís; e Porto. Contudo, o curso pode ser alterado, por exemplo, com a exportação direta do minério bruto de Trombetas para os compradores nos países centrais.

Por outro lado, o empreendimento minerador do Trombetas representa o primeiro grande projeto de desenvolvimento concretizado pelo Estado brasileiro na Amazônia. Formulada no interior do II PNB, essa política pública do governo militar impôs ao município de Oriximiná, por seu potencial em recursos minerais, sediar um dos pólos de desenvolvimento regional. Pretendia-se com isso criar no Baixo Amazonas uma estrutura atrativa para a entrada de novas empresas, desencadeando um crescimento econômico orgânico e sustentável. No entanto, segundo pesquisa realizada por Trindade (2001) o resultado obtido com a introdução da MRN não foi o esperado pelos militares. A integração da empresa mineradora com a economia tradicional e a atração de novos empreendimentos de grande porte para região vêm sendo discreta.

O baixo nível de relação econômica da empresa com a região e sua ligação muitas vezes direta com a escala global não representa um caso de enclave. São evidentes na escala local e regional as mudanças sociais, econômicas e ambientais consequentes do pólo minerador. As transformações no município e mais diretamente na cidade de Oriximiná, que

recebe volumosos recursos originários da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM ou *royalties*), não podem ser desprezadas. Segundo Coelho e Monteiro (2003) o contingente populacional na cidade de Oriximiná, por exemplo, elevou-se mais de quatro vezes em trinta anos, muito mais do que nos municípios vizinhos, apesar da infra-estrutura urbana e a economia formal não apresentarem condições de absorverem o crescimento. Ou seja, “partindo-se das evidências de que os efeitos não se restringem à localidade onde a mina se acha localizada, os processos sociais e econômicos desencadeados pela implantação do complexo mina-alumina-alumínio produziram sistematicamente desigualdades de situações sociais e econômicas na Amazônia” (COELHO & MONTEIRO, 2003, p. 39)

As implicações de um grande projeto minerador são imprevisíveis e incalculáveis, podendo atingir as mais variadas escalas geográficas, da local à global. Implementar políticas públicas como pensava o governo ditatorial pós-1964, considerando fundamental ‘civilizar’ e ocupar o ‘espaço vazio’ amazônico através da expansão capitalista pela exploração dos recursos naturais, a qualquer custo e de qualquer maneira, resultam em problemas e conflitos desastrosos como aconteceram em Oriximiná, Barcarena, Tucuruí e Carajás (COELHO, 2002 e MONTEIRO & CUNHA 2005b). Este estudo limita-se a analisar os impactos da localização da empresa mineradora MRN na escala local. Entretanto, por causa das relações multi-escalares que este objeto requerer, não se pode ignorar a presença de atores regionais, nacionais e internacionais na compreensão da complexidade dos conflitos locais.

2. Mineração Rio do Norte – Um Grande Projeto Imperador

A ‘marcha’ da MRN sobre o vale do Trombetas assemelha-se com a de um grande imperador, que por onde passa transforma o espaço e a sociedade. A chegada da empresa, em 1975, provocou desde então amplas transformações espaciais. Estas tiveram efeitos diversos, nas relações sociais, na estrutura econômica, na organização territorial e na condição ambiental. Ainda por cima, o ‘imperador’ trouxe consigo uma tropa de súditos fiéis dispostos a proteger seus interesses e territórios. Entretanto, a empresa não é um ente supremo de onde emana o poder. Segundo Arendt (apud SOUZA, 1995) o poder não pode ser personificado. O poder é exercido por um grupo. Deste modo, pode-se dizer que quem suporta o ‘império’ da mineração são os capitalistas, nacionais, transnacionais, estatais e privados, por isso não se pode limitar os problemas ocorridos no entorno do projeto à escala local. Os interesses

contêm caráter regional, nacional e internacional, tornando ainda mais complexo os conflitos e impactos resultantes da territorialização da empresa.

É claro que o anúncio da vinda do ‘imperador’ não prevê somente impasses, gera também esperanças como a de ascender socialmente, de ter acesso aos benefícios básicos tão desejados, de se tornar mais incluído numa sociedade excludente e preconceituosa, e por fim, a de acreditar que está mais próxima do poder e agora enfim alguém olhará por nós. Foi nesta expectativa que as populações tradicionais do Trombetas viram o novo projeto de desenvolvimento regional se instalar em seus quintais. Mas o sonho de serem vistos pelo poder público não se realizou. O Estado de forma autoritária tratou aquele espaço como vazio. Vazio e passível de ser dominado, colonizado e delimitado, ignorando os indivíduos ali residentes. A partir deste discurso e por meio da força, do autoritarismo e da coerção, a empresa e o Estado brasileiro puderam garantir o processo de localização do empreendimento. Segundo Lesbirel e Shaw (1999) este tipo de processo de localização é classificado como processo regulatório (*regulatory process*).

O mesmo pensamento de espaço vazio compôs as políticas consecutivas implementadas para assegurar a reprodução e a expansão do capital minerador, como foi o caso da delimitação das áreas de preservação ambiental, em 1979 e 1989, do projeto da hidroelétrica de Cachoeira Porteira (encontra-se paralisado) e de outros relacionados à exploração dos recursos minerais. A confirmação de política de delimitação das unidades de conservação e os outros projetos de desenvolvimento regional fazem parte do processo de institucionalização que se iniciou com a vinda do projeto minerador para Oriximiná. A mineração introduziu novos atores e promoveu a criação de novas instituições. Como consequência de sua implantação atraiu novos indivíduos e empresas que se organizaram neste espaço em redes relacionais diversas.

O processo de institucionalização se caracterizou pela transformação espacial a partir de novos atores e agentes (Estado, empresas, grupos sociais, instituições políticas e religiosas, Organizações Não-Governamentais etc.), e seus aparatos técnico-científicos e informacionais, suas normas, regras e limites territoriais. Desta forma, molda-se uma nova ordem espacial (SANTOS, 1996), que se chocou com o espaço pré-existente, ou seja, com os modos de vida e com as territorialidades dos grupos tradicionais. Em contra partida, esses grupos passaram a utilizar-se dos próprios meios técnico-científicos e informacionais para confrontar o novo poder hegemônico, formado pela mineração e seus ‘guardiões’ⁱⁱ territoriais - instituições governamentais protetoras do entorno. Ao afrontar o grande ‘imperador e seus protetores’ os

grupos tradicionais tinham por desígnio reverter à relação desigual de poder, e assim garantir seus direitos sócio-territoriais históricos.

É nesta conjuntura de re-organização espacial, campo de poder, conflito territorial e desequilíbrio ambiental que se tornou o espaço onde se localizou a MRN e outras instituições como IBAMA/IBDF, ALCOA, Grupo Ludwig /JARI, Andrade Gutierrez, ELETRONORTE, INCRA, universidades, Organizações Não-Governamentais (ONG's). Esses novos atores sociais promoveram relações diversas convergentes e divergentes, tramando alianças e embates para atingir seus respectivos interesses.

3. A Ilusão da Socialização do Progresso

Nos primeiros anos de construção do pólo minerador e das outras empresas, requisitaram-se intensamente a mão de obra negra. Eram os habitantes naturais daquele lugar que detinham o conhecimento geográfico. Assim como os viajantes que adentravam o rio Trombetas no século XIX e início do XX, os engenheiros e geólogos das firmas também se serviram de seus conhecimentos (*know-how*) para se localizarem na mata, para chegarem aos platôs de bauxita e até mesmo para adquirirem informações suficiente para determinarem a localização das futuras instalações. Também utilizaram os serviços braçais dos quilombolas para fazer perfurações, construir edificações e desmatar. O fato é, que apesar de acreditarem que fariam parte do 'progresso' que ali chegava, os remanescentes, depois das empresas se estruturarem na região, viram seus conhecimentos e sua força não servirem mais de nada para os empresários.

Os quilombolas, que viviam no entorno e viam na mineração a possibilidade de ingressar como assalariados e ascenderem socialmente, limitaram-se ao restrito número de funcionários contratados nas comunidades. Na atualidade, a comunidade que mais detém trabalhadores na mineração é a Boa Vista, que se localiza ao lado de Porto Trombetas. Todavia, poucos são funcionários da MRN em si, apenas sete. Na década de 1990, demitiram a maioria dos negros, quando a empresa passava por um processo de reestruturação da produção. Os quilombolas que permanecem nos empregos em Porto Trombetas exercem funções de baixo nível técnico e salarial, como empregadas domésticas, diaristas, garis, jardineiros, motoristas etc. Não houve incentivos que levassem os ribeirinhos a ocupar altos cargos. A visão de inferioridade e de capacidade mental baixa está presente na frase de um

dos representantes da MRN: “*Os quilombolas trabalham no que eles sabem fazer*” (Entrevista em 2004).

Os remanescentes de Boa Vista ao invés de trabalharem diretamente na empresa foram incentivados a criar uma cooperativa exclusiva aos seus moradores. A Cooperativa da Comunidade de Boa Vista - COOPERBOA, que presta serviços de baixo nível técnico de forma terceirizada na *company-town*, sendo assim retira da empresa os custos trabalhistas. A COOPERBOA assim como a Cooperativa de Prestação de Serviços Fluviais Especializados do Rio Trombetas - COOPBARCO, cooperativa de barqueiros que ficam no porto da cidade a espera de prestar serviços para as empresas, funcionários e visitantes, tiveram suas formações incentivadas e financiadas pela mineração. Tal estratégia é utilizada para manter o controle social do território e conquistar o apoio dos ribeirinhos que se tornam submissos.

4. A Cidade Fechada

A MRN apresentou em seu ingresso um panorama promissor para o futuro da região com a geração de empregos e dinamização da economia regional. Para as comunidades do entorno o projeto provocou uma expectativa de terem atendidas suas necessidades básicas como hospital, escola, luz, bancos públicos, postos do INSS, políticas que deveriam ser desenvolvidas pelos órgãos públicos. Também se esperava a instalação de um aparato comercial para que eles não precisassem mais promover grandes viagens até Oriximiná para comprar alimentos.

De acordo com a avaliação dos quilombolas os benefícios gerados pelo projeto não se realizaram da maneira esperada. Os suprimentos das necessidades básicas não se realizaram. Muitas comunidades não têm até hoje escolas nas suas proximidades. Quando há, elas são deficientes em termos de ensino, equipamento e fornecimento de merendas, ainda por cima se restringem a alunos até a quarta série. Em relação à saúde os problemas não são diferentes. O pequeno posto de saúde localizado na orla de Porto Trombetas não tem equipamentos, pessoal e nem os remédios suficientes para solucionar os problemas e a demanda local. A luz, no entanto, chegou as comunidades. A prefeitura de forma paternalista doou gerador de luz e fornece o diesel mensalmente. Contudo, devido ao alto custo desta energia, somente há luz num curto período durante a noite, e quando o combustível acaba a comunidade não tem

recursos para adquirir mais. Ou seja, não se criou uma sustentabilidade econômica para que os comunitários possam arcar com os próprios custos.

O grande contraste acontece quando se entra na *company-town*. Segundo Coelho et al (2002, p. 138), “*a área da mineração, o território da empresa exploradora e sua periferia fazem parte de uma geografia desigual*”. Porto Trombetas é uma cidade totalmente cercada, por cercas de arame de mais de 2 metros de altura, onde a entrada e a saída das pessoas é controlada por guardas a serviço da mineradora. Só é permitido o acesso na cidade se devidamente identificado e autorizado com comprovação de necessidade para fins relacionados à empresa, suas prestadoras de serviço ou seus habitantes. Este aglomerado urbano, construído para alocar os funcionários da empresa e seus prestadores de serviço, é equipado por todos os serviços básicos e de consumo. Encontra-se em seu interior cinemas, restaurantes, supermercados, igrejas, lojas, clube, hotéis, serviços bancários e de previdência social, aeroporto com vôos regulares, uma usina termoeétrica que gera energia apenas para a *company-town*, uma escola de alta qualidade e um dos mais estruturados hospitais do Baixo Amazonas. Entretanto, estes serviços são limitados aos habitantes, funcionários e visitantes, outros indivíduos incluindo os quilombolas residentes no entorno não podem ter acesso livre à estrutura disponível.

É preciso ressaltar que há exceções. Além dos negros que trabalham em Porto Trombetas, existe uma lista com os habitantes do entorno que podem entrar na cidade. Essa lista, segundo a empresa, inclui apenas residentes anteriores à implantação dela e seus descendentes e se aproximam de 700 pessoas. Tal medida foi tomada depois de anos de brigas dos negros principalmente reivindicando atendimento no hospital. Mas em entrevista identificou-se que muitos remanescentes não estão nesta lista e que a mineradora limita a entrada somente em casos muito graves, quando não é possível se direcionar à Oriximiná. Na escola há igualmente exceções. Alguns poucos alunos da escola da comunidade Boa Vista, que tem convênio (o convênio entre a MRN e a escola municipal de Boa Vista inclui fornecimento de merendas e professores, os mesmo da escola da empresa) com a MRN, após completarem a 4^a série podem ir estudar na escola na mineração totalmente subsidiados. Entretanto, tem que manter um rendimento satisfatório, fazer curso de nivelamento, por causa do baixo nível da escola municipal, e de ‘socialização’, no qual o quilombola aprende a comer com talheres, a se portar em público etc. Essa política é bem próxima das implementados no período colonial, quando os brancos pretendiam “civilizar” negros e índios. Tirando esses casos, a cidade e seus serviços se encontram fechados para outras pessoas. A lista se tornou excludente entre as comunidades diferenciando quem tem acesso aos serviços e quem não

tem. A lista serve como instrumento de controle da população por parte da empresa. Raffestin (1993) nos mostra como a produção de censos (estatísticas populacionais) são utilizados para o controle populacional. Por meio deste artifício a empresa passa a denunciar o crescimento populacional dentro de áreas de preservação no entorno do projeto.

5. Os Custos Ambientais: os Recursos e o Impacto Ambiental

No que diz respeito à economia local, pode-se dizer que a mineração promoveu certa dinamização, mas não incluiu as comunidades rurais regionais e muito menos as em seu entorno neste processo. Elas além de não terem sido integradas como mão de obra na empresa, de não conseguirem vender sua produção extrativista e agrícola para mineração, também vêm perdendo continuamente parte de sua principal fonte de renda - a extração da castanha-do-pará - e de seus territórios usados. Tais perdas territoriais e econômicas ocorrem por causa da sobreposição territorial natural de dois recursos: a castanha e a bauxita, ambas localizadas no topo dos platôs sedimentares.

Por conterem produtos economicamente valiosos, os platôs se tornam valiosos para uso social e objeto de interesses por parte dos atores conflitantes. A sobreposição destes recursos naturais distintos gerou um impasse, pois a exploração de um é excludente a do outro. E assim, causando o acirramento dos conflitos territoriais e de interesses econômico. A comunidade de Boa Vista, por exemplo, teve seus castanhais dos platôs Saracá e Papagaio devastados para extração do minério, assim como outras comunidades ribeirinhas do entorno. A problemática social do entorno da mineração se intensifica nos períodos de expansão da exploração, quando a empresa reivindica mais espaço (COELHO, et al 2002). Há existência de platôs ricos em bauxita, ainda não explorados, em áreas de uso quilombola, sendo assim, um prenúncio de conflitos diretos entre o capital financeiro e o grupo étnico de direito territorial legítimo.

Durante os séculos XIX e XX, os negros se organizaram em quilombos nas margens dos rios no vale do Trombetas, mas seus territórios não se restringiam às margens. Os platôs também faziam parte dos seus limites territoriais, pois eles os utilizavam para aquisição de produto para consumo próprio e de comercialização, dentre estes a castanha-do-pará. Pode-se caracterizar tais espaços como territórios contínuos, sobre os quais os remanescentes mantinham o controle e migravam sazonalmente à procura dos recursos da floresta. A MRN e posteriormente as unidades de preservação promoveram a alteração da organização territorial

deste grupo. Anteriormente, eles tinham fluxo livre nos platôs. Porém, atualmente alguns destes territórios estão sob controle e gestão da mineradora, que tem o direito de lavra e/ou já se encontram degradados pelas técnicas de extração mineral. Os territórios antes contínuos, livres e coletivos se tornaram limitados com a introdução da propriedade privada. As titulações de terra do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) nem sempre consideraram nas demarcações os aspectos culturais de fluidez territorial, como no caso de Boa Vista titulado em 1995. Mesmo no caso de outras titulações promovidas por essas instituições, os territórios se tornam restritos e limitados, não incorporando a totalidade do espaço de uso.

Atividade mineradora e sustentabilidade ambiental são processos antagônicos. Ainda não foi possível desenvolver técnicas e tecnologia suficiente para que a extração mineral se torne menos agressora ao ecossistema. O processo de retirada da bauxita necessita devastar grandes hectares de vegetação. Na Amazônia, a exploração mineral derruba árvores protegidas por lei, como a castanheira, resultando consecutivamente em problemas sociais graves. Há também grande perda de biodiversidade pela retirada dos animais de seu habitat e pela devastação de ecossistemas. Se a floresta amazônica é pouco conhecida pelos pesquisadores, os impactos de sua destruição são imensuráveis. No entanto, esses impactos são apontados como 'necessários' pelos fatalistas industriais para produzir bens de consumo da sociedade capitalista. Deste modo há um consenso da destruição, uma irresponsabilidade organizada, ou seja uma estrutura política-institucional que legitima, justifica e financia a devastação (BECK, 1988).

Outro conflito territorial gerado entre população do entorno e mineração ocorreu devido à displicência da empresa com as questões ecológicas e sociais. Desde os primeiros anos de exploração mineral, a MRN utilizou-se do igarapé Água Fria e do lago Batata como tanque de rejeitos. Isto é, durante o processo de extração do mineral e exportação, o minério tem que ser lavado, o que gera a produção do rejeito - material rico em lama sem valor financeiro - que por não ter valor tem que ser eliminado. A mineradora no processo de eliminação deste material causou um grande impacto sócio-ecológico. Os lagos, uma das principais fontes de renda e de alimento das populações ribeirinhas, foram fortemente atingidos pelo assoreamento e contaminação provocado pela deposição constante de material argiloso.

As populações locais, incluindo os quilombolas, tiveram seus recursos naturais imobilizados e acompanharam a biodiversidade escassear lentamente. Desta forma, as populações do entorno foi forçada a se reorganizar sócio-territorialmente. Os lagos e os

igarapés antes território usado para fins de sobrevivência da comunidade na obtenção de alimentos (peixe e tracajás) se tornaram espaços de uso da mineração para o processo de eliminação dos rejeitos (no sentido literal) do modo de produção capitalista. Há neste sentido, gerou-se uma imposição do novo uso pelo poder hegemônico ou uma sobreposição de usos incompatíveis para o mesmo espaço. Os usuários mais frágeis, ou com menos poder, começam a perder o controle do seu território.

O conflito envolvendo o lago Batata e o igarapé Água Fria atraíram a atenção de novos atores sociais extra-regional preocupados em evitar a intensificação e continuidade da degradação sócio-ambiental. Ambientalistas de varias partes do mundo denunciaram a atuação da empresa desmoralizando sua imagem no exterior. A MRN como resposta às pressões externas passou a promover a implementação de plano de recuperação dos lagos, utilizando-o como um dos principais *slogans* de legitimação da exploração e do território sustentável. A empresa grande vilã e poluidora se torna preocupada com a natureza e ambientalmente correta. Contudo, as populações do entorno ainda temem pelo risco ambiental e pelo desconhecimento dos impactos do modelo industrial. Desta forma, pode-se concordar com Durck e Franco (1997) quando apontam que se tem na sociedade atual uma expansão do alcance dos riscos e dos impactos sócio-ambientais industriais, constituindo uma relação estreita entre o ambiente intra e extrafabril.

6. Considerações finais

Os vários tipos de extrativismo dos recursos naturais não asseguraram o desenvolvimento regional sustentável na Amazônia, observado inclusive nas precárias condições de vida das populações urbanas e rurais e na degradação do meio ambiente (BUNKER, 1985). A ganância por lucros, pelo ‘progresso’, pelo crescimento econômico e pela exploração dos recursos naturais abundantes no espaço amazônico, fizeram com que os capitalistas ignorassem qualquer modo de vida e território tradicional que embarrasse seus planos. Esses ‘civilizadores’ da modernidade invadiram todos os tipos de territórios ‘arcaicos’: indígenas, quilombola e caboclos. O modelo capitalista explorador legou às populações amazônicas o ônus do progresso, o subdesenvolvimento, a submissão, a pobreza e a exploração do trabalho

A implantação do grande projeto da MRN, em Oriximiná, apresentou formas poderosas de destruidoras, dominação e controle do território e das pessoas. As estratégias

geográficas e políticas utilizadas pela MRN para controle dos recursos e da população por meio do território, inserem-se na concepção de Raffestin (1993) da Geografia do poder; onde, alcança-se o poder quando uma organização detém o controle sobre os trunfos: território, população e recursos. A territorialidade exposta proposta em Sack, é *“uma estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área”* (SACK,1986: p. 1). É através das territorialidades, ativadas e desativadas de acordo com a geoestratégia, que os grupos tradicionais, o IBAMA e a mineração tentam dominar o território no contexto do campo de poder.

Pode-se perceber que no embate entre mineração e quilombolas pelo território se consistiu um campo de força extremamente favorável à empresa. Os interesses capitalistas e o poder de barganha dos investidores esmagaram os direitos territoriais dos negros e outros povos tradicionais. Não houve um só platô que não tenha sido explorado ou unidade de conservação que não fosse demarcada por estar em terras de remanescentes de quilombo ou de qualquer outro grupo tradicional. Todos os impactos sociais sofridos pelos negros, desde a expulsão das famílias das comunidades, a exploração do conhecimento local, a exclusão ao progresso e às necessidades básicas, a devastação dos recursos da floresta, a descaracterização cultural e por fim, as poluições dos lagos e igarapés, comprovaram que o poder territorial está sob o controle da mineradora. Por meio do poder de seus investidores na escala nacional e global, da geração de divisas para o estado e o município, da ideologia desenvolvimentista capitalista do Estado brasileiro e da suas propagandas e títulos de boa cidadã e ecologicamente correta, a empresa mineradora é legitimada pela *“irresponsabilidade organizada”* (BECK, 1988).

O conflito se constituiu num confronto de discursos e interesses, de alianças e de poderes não restritos à escala local. Os atores conflitantes, MRN, IBAMA e grupos tradicionais defendem seus discursos ideológicos, produzidos pela ciência e legitimado pelas leis, e os expõem na forma de confronto para sociedade discutir e avaliar. Provocando o conflito científico que Beck (1988) anunciara.

A MRN apresenta um discurso ideológico pautado no desenvolvimento econômico sustentável ou seja, no fatalismo positivo (BECK, 1988). Segundo o qual, haverá o mínimo de impacto possível ao meio ambiente em nome do progresso e por causa das novas técnicas de minimização dos riscos – a crença na ciência e no progresso. E ainda, a empresa legitima seu território e sua atividade de risco e ambientalmente degradante, que é a exploração mineral, ganhando das agências internacionais títulos de empresa *“cidadã”* e preocupada com as

problemáticas sócio-ambientais - os ISO (International Organization for Standardization) 9001 e 14000.

Os grupos tradicionais, principalmente os quilombolas assessorados por intelectuais da ONG's e das universidades através do discurso étnico, tentam legitimar seus territórios. Autodenominam-se remanescentes de quilombos, por exemplo, para vincular sua existência e terras aos antigos negros fugidos das fazendas de cacau. Este discurso ressurgiu a partir de estudos promovidos por intelectuais das universidades nacionais e de organizações não governamentais para justificar a territorialidade negra tendo em vista a pressão promovida pelo projeto minerador. São estas instituições que junto com o direito jurídico sobre o território, adquirido pelos remanescentes na Constituição 1988, quem sustentam a luta dos quilombolas pelo direito ao título e ao uso da terra.

O contexto de sobreposição dos territórios quilombolas e de extração da mineração ultrapassam a discussão em escala local e atinge um nível nacional e internacional. As demarcações de terras de remanescentes de quilombos foram asseguradas pela Constituição de 1988, entretanto, a exploração dos recursos minerais é considerada fundamental para o interesse da nação, não podendo ser proibida de ser lavrada por encontrar-se em propriedades particulares ou coletivas. Há também os interesses do capital transnacional e nacional, do Estado, das ONG's brasileiras e estrangeiras e dos intelectuais, na exploração do minério e seus impactos, que tornam ainda mais complexo esse espaço de conflito.

O aparecimento e intensificação dos atores multiescalares faz parte do processo de globalização, que vem causando um “*reescalamento*” das territorialidades dos poderes políticos e econômicos (FERNANDES, 2001; SWYNGEDOUW, 2004). Neste novo panorama discute-se a emancipação das escalas locais e globais, nas quais o território-rede constitua um elemento de análise fundamental. Entretanto, a escala nacional do poder do Estado não perde sua importância como aponta Coelho et al, 2005:

[...] Nosso Capitalismo de tipo patrimonialista, em que as instituições, mais do que defenderem a propriedade privada, legitimam (por ação ou omissão) a privatização do público. O Estado patrimonialista brasileiro se furta a desempenhar o papel de regulador do informal e repressor enérgico do ilegal, exercendo seu papel, na maioria das vezes, de forma distorcida (p. 5).

Na última década do século XX e no início do XXI, os conflitos e as lutas continuaram, mas houve alguns avanços e conquistas por parte dos grupos tradicionais, como os quilombolas por exemplo. O movimento social dos quilombolas de Oriximiná conquistou o direito de permanecerem dentro da FLONA e até mesmo da REBIO. As regras que impediam

a exploração dos recursos naturais foram em alguns casos flexibilizadas. Os negros também conseguiram titular alguns territórios, porém esses não se encontram no interior de nenhuma unidade de conservação nem sob interesse da MRN, a onde ainda permanecem os impasses. A empresa já reconhece o direito das populações tradicionais sobre as terras e lagos vizinhos ao seu território. Contemporaneamente, se pode falar numa aliança, mesmo que desigual, entre grupos tradicionais, mineração e IBAMA, no sentido de todos limitarem o acesso e o uso dos recursos naturais e da terra, especialmente, nas áreas protegidas.

5. Referências Bibliográficas

ACEVEDO, R. & CASTRO, E. **Negros de Trombetas**: guardiões de matas e rios. 2 e.d.. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

BECK, U. **Política Ecológicas en La Edad Del Riesgo**, El Roure ed., Barcelona, 1988.

BUNKER, S. **Underdeveloping the Amazon**. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

_____. Joint Ventures em Ambientes Frágeis: o caso do alumínio na Amazônia. In: **Novos Cadernos do NAEA** V.3, N.1, Jun 2000. Belém: NAEA/UFPA

CARDOSO, F. & MÜLLER, G **Amazônia**: Expansão do Capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COELHO, M, LOPES, A., SILVA, A, SILVA, F. , FONSECA, H, MATOS, I. & SOUZA, M. Territórios, Cidades, e Entornos no Espaço da Mineração em Carajás / Pará – Amazônia Oriental. In: TRINDADE Jr. S. C. et al (Orgs.). **Cidade e Empresa na Amazônia**: Gestão do Território e Desenvolvimento local . Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 137-169.

_____ & MONTEIRO, M. Verticalização da Produção e variedade de situações sociais no espaço funcional do alumínio nos baixos vales do Amazonas e Tocantins. In: **Território/LAGET**, UFRJ. Ano VII, n. 11, 12 e 13 (Jul 01 Dez 02). Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. p. 29-48

_____., CUNHA, L. & MONTEIRO, M.. Políticas territoriais e o futuro dos assentamentos e das populações quilombolas da Amazônia Oriental em áreas de mineração. In: **Anais da VI Reunião da ANPEG**: Fortaleza: ANPEG (Meio digital / CD), 2005.

CUNHA, L. & COELHO, M. Políticas e Gestão Ambiental. In: GUERRA, A T. & CUNHA. S. B (Orgs.). **A Questão Ambiental**: Diferentes Abordagens Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DRUCK, G & FRANCO, T. A Degradação do Trabalho e os Riscos Industriais no Contexto da Globalização, Reestruturação Produtiva e das Políticas Neoliberais. In: FRANCO, T. (org.)

Trabalho, Risco Industriais e Meio Ambiente: rumo ao desenvolvimento sustentável? Salvador: EDUFBA/FFCH/UFBA, 1997. p. 15-32.

FERNANDES, C. F. DA Reestruturação corporativa à competição entre cidades: Lições Urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. In: Espaço & Debate. Nº41, 2001. p.26-45.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização:** do “fim dos territórios” multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEBIREL, S & SHAW, D. **Facility Siting:** issues and perspectives, in Columbia Earthscape, an online resource on the global environment, 14 p.

PINTO, L. F. **Amazônia:** o anfiteatro da destruição. Grafisa: Belém, 1977.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. **Human Territoriality: its theory and history.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, B. **Amazônia:** potencial mineral e perspectiva de desenvolvimento. São Paulo: T. A Queiroz, 1981.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** Técnicas e Tempos. Razão e Emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SOUZA, M. O Território: Sobre Espaço, Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: Castro et al. (Orgs) **Geografia:** Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SWYNGEDOUW, E. **Globalisation or ‘Glocalisation’?** Networks, Territories and Re-scaling. Review of International Affairs, Volume 17, Number 1, April 2004

TRINDADE, J. Racionalização Econômica e Produtiva de qualidade na Mineração Rio do Norte, Um caso de reestruturação produtiva. In. COELHO, M. et al (Org.) **Estado e Política Públicas na Amazônia:** Gestão do Desenvolvimento Regional. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 2001. p. 79-94.

ⁱ A CVRD foi privatizada 1997 pelo então presidente da república Fernando Henrique Cardoso.

ⁱⁱ O termo guardiões (ou *guardian*) teve origem na conferência intitulada “*Political Geography and Metageography*” do prof. Peter Taylor em 2005 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, patrocinada pelo Programa de Pós-graduação em Geografia.